



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - 8 de Janeiro

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor-Geral da Polícia Federal, informações, assim como sejam compartilhados, em formato digital, dados de celular e outras provas referentes a Max Guilherme Machado De Moura, obtidos pela Polícia Federal em operações policiais.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor-Geral da Polícia Federal, informações, assim como sejam compartilhados, em formato digital, dados de celular e outras provas referentes a Max Guilherme Machado De Moura, obtidos pela Polícia Federal em operações policiais.

JUSTIFICAÇÃO

Max Guilherme Machado de Moura é ex-sargento da Polícia Militar do Rio de Janeiro, tendo sido assessor próximo ao ex-presidente Jair Bolsonaro[1].

Durante o mandato do ex-presidente, Max Guilherme valeu-se de suas redes sociais para atacar o Supremo Tribunal Federal, tirando retirar a credibilidade da Corte. Esses atos graves, praticados por agente público, foram responsáveis pelo cenário de violência e ataques às sedes dos três Poderes, que se instaurou em 8 de janeiro do presente ano.

Nesse sentido, Max Guilherme publicou texto em que afirmou, em 2021, que a Constituição “foi estrangulada de forma covarde” pela Suprema Corte. E que o Tribunal “deu duros golpes” na Carta Magna, “degolando todas as suas leis e decapitando todas as suas tentativas de manter o país vivo”.

Apresentou, também, manifestações ideológicas críticas às relações entre Brasil e China, tendo afirmado que o país seria loteado e entregue “de bandeja aos chineses”.

Não bastasse a disseminação de *fake news*, Max Guilherme acompanhou Bolsonaro em viagem aos Estados Unidos, onde o ex-presidente permaneceu por três meses. Dessa forma ausentou-se juntamente do país com o ex-mandatário, atuando no planejamento da turbulência política e social que culminou nos atos de 8 de janeiro (e distanciando-se fisicamente dos atos como maneira de tentar eximir-se de eventual responsabilidade).

Assim, demonstra-se essencial que esta CPMI se debruce sobre os dados de celular obtidos pela Polícia Federal em operações, aprofundando as investigações, razão pela qual peço a aprovação do presente requerimento.

[1] Conforme disponível em: <https://exame.com/brasil/ex-bope-e-assessor-fiel-de-bolsonaro-saiba-quem-e-max-guilherme-presos-em-operacao-da-pf/>

Sala da Comissão, 19 de junho de 2023.

Senador Rogério Carvalho
(PT - SE)